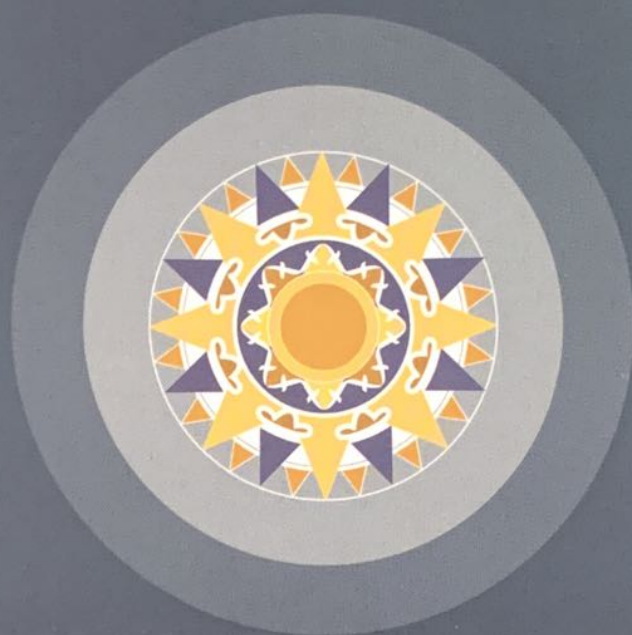


O FAIAL

E A PERIFERIA AÇORIANA NOS SÉCULOS XV A XX

"Assistência e Caridade nos 475 anos da Misericórdia de Velas"



VII COLÓQUIO



Ficha Técnica

O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX

Atas do VII Colóquio

realizado na cidade da Horta e na Vila das Velas entre 14 e 17 de maio de 2018

Edição:

Núcleo Cultural da Horta

Apartado 179

9900 Horta

Tiragem:

200 exemplares

Depósito Legal:

463313/19

Capa:

Design da PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda

Fotocomposição:

PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. – Braga

Impressão:

PUBLITO – Estúdio de Artes Gráficas, Lda. – Braga

A caminho de Santiago. A assistência a peregrinos nas Misericórdias do Norte de Portugal (séculos XVII-XVIII)

por *Maria Marta Lobo de Araújo**

Introdução

As Misericórdias portuguesas nasceram no alvorecer da Idade Moderna pela mão da Coroa, em 1498, com a criação da Santa Casa de Lisboa. Desde essa data, o fenómeno alcançou tão grande divulgação que aquando da morte da rainha D. Leonor, sua instituidora, em 1525, contavam-se já várias dezenas destas instituições na metrópole e império. Dar pousada aos peregrinos constitui a sexta obra de misericórdia corporal, todavia, ela era já praticada antes da fundação destas confrarias. Em Portugal, já na Idade Média se ajudavam peregrinos e pobres que iam ou vinham de Santiago de Compostela.

Estas confrarias fundaram-se numa altura de renovação espiritual e tinham como objetivo a prática das 14 obras de misericórdia, não sendo, por conseguinte, de estranhar que o seu efeito tivesse impacto na redução substancial da assistência praticada pelas outras confrarias, que a reservaram principalmente para os seus irmãos, mas não só!

Sendo confrarias de elite, as Santas Casas eram governadas pelos melhores em termos locais. Eram compostas por nobres e oficiais, atuavam com *numerus clausus* e não aceitavam mulheres no seu seio.

O seu estudo ganhou força nestas últimas duas décadas, conhecendo-se fora e dentro das universidades um número muito significativo de trabalhos, muito embora de maneira desequilibrada em termos territoriais. A mesma disparidade verifica-se no tempo histórico estudado. A grande maioria dos trabalhos refere-se à Idade Moderna, sendo o Período Contemporâneo muito menos analisado. Também o projeto *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, decorrido entre 2002 e 2010, publicou uma dezena de volumes de grande interesse e significado para quem estuda estas instituições. O facto de várias delas comemorarem 500 anos de vida serviu ainda de pretexto para lançarem obras de carácter histórico. Cresceu, por conseguinte, um enorme interesse por estas instituições e sabe-se hoje muito mais sobre elas do que há uns anos atrás.

* Docente da Universidade do Minho. Membro do Lab2PT.

Pese embora o volume de trabalhos para a Idade Moderna, a assistência a peregrinos é muito pouco aprofundada, ou quase ignorada. Todos a referem, mas decorre principalmente da falta de fontes diretas e da maneira como esta obra de misericórdia surge na memória escrita destas instituições.

Ora, se o movimento peregrinatório não teve no Período Moderno a força e a pujança conhecidas na Idade Média, mesmo assim não é desprezível e deve constituir uma linha de investigação a abraçar e a aprofundar. Compreende-se que trabalhá-lo a partir das Misericórdias não é tarefa muito fácil, uma vez que as fontes não facilitam o trabalho do investigador. Não existem livros de peregrinos recolhidos nos hospitais onde podiam pousar ou nas “casas de peregrinos” e também não há cartas de guia conservadas para a Idade Moderna. Há, contudo, registos de esmolas dadas a peregrinos e viajantes, bem como menções deixadas sobre o percurso que faziam. De vez em quando, os escrivães eram mais pródigos em informações e enunciam rotas, proveniência geográfica e destino a atingir, bem como a esmola recebida. Outras vezes, complicam o trabalho somando esmolas dadas a pobres com despesa efetuada com peregrinos, o que não possibilita destrinçar o gasto feito com os que se dirigiam para Santiago de Compostela. Mas as atas e os livros de devassas, quando existem, são instrumentos muito importantes que conferem informação qualitativa de grande valor.

Como é do conhecimento geral, o período peregrinatório de maior fôlego conheceu-se na Idade Média. Durante essa época, casas particulares, albergarias/hospitais e mosteiros receberam os que estavam em viagem e se dirigiam para Compostela. Deixar a sua residência e pôr-se a caminho seria, talvez, uma experiência muito gratificante em termos espirituais, mas cara e cheia de perigos, que nem todos conseguiram realizar¹.

Como as hospedarias eram dispendiosas, os que necessitavam de pernoitar alojavam-se nos hospitais/albergarias, fundados muitos deles através de legados e situados nos caminhos ou junto de vias romanas para que mais facilmente se alojassem e pudessem partir sem ter necessidade de aguardar o horário de abertura das portas do burgo.

A estrada ou o caminho não eram usados apenas por pessoas que se deslocavam para ir em peregrinação a um santuário da sua devoção, nela encontravam-se também os negociantes, os pobres e os vagabundos².

Jerusalém³, Roma e de Santiago de Compostela⁴ constituíram os centros religiosos mais importantes da Cristandade da Idade Média e da Idade Moderna, existindo muitos fiéis ao longo do ano, rumando aos seus templos.

¹ BLASQUEZ, Adrian, “L’Espagne de Jean Bonnacaze et de Jean-Pierre Racq”, in Bonnacaze, *Voyage de deux pelerins à Compostelle au XVIII siècle. Colletion pour mémoire*, Pau, Cairn, 1998, p. 115.

² Para este assunto confira-se o trabalho de MATA, Luís, António Santos Nunes, *Ser, ter e poder. O hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Lisboa, Magno, 2000, pp. 43-44.

³ CHAREYON, Nicole, *Les pèlerins de Jerusalem*, Paris, [s. n.], 1999.

⁴ MARTINS, Mário, *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, 1951, [s. n.], pp. 78-92.

De Portugal não era difícil chegar a Compostela, sobretudo do Norte, região que confina com a Galiza, mesmo assim eram alguns dias de viagem. Para os que vinham do Sul, o tempo era mais dilatado. Para facilitar o trânsito de crentes eram usados também os rios e o mar⁵. A popularidade de Santiago como grande centro de romagem e peregrinação era conhecida em toda a cristandade, sendo importante para muitos fiéis fazer a viagem⁶. Quando se punham a caminho, os crentes aproveitavam para rezar e agradecer ou pedir graças nos santuários por onde passavam. Alguns eram já seus conhecidos, mas descobriam outros que desconheciam. A viagem servia muitos fins e visitar templos e rezar era um deles⁷. Quando possuíam relíquias, eram mais chamativos, pois quem viajava, acreditava que estar mais perto do sagrado significava poder alcançar maiores graças espirituais⁸.

A pé, de barco ou em outros meios de transporte, todos os crentes procuravam abeirar-se do túmulo do Apóstolo e visitar a sua catedral. De entre os que se encontravam em peregrinação contaram-se nobres, bispos⁹ monarcas. Entre estes últimos, surgem os casos de D. Afonso II, a rainha Santa Isabel e o rei D. Manuel I¹⁰.

Procuramos neste estudo dar visibilidade à ação das Misericórdias do Noroeste português, território de mais forte concentração demográfica do nosso país, no auxílio prestado aos que se encontravam em viagem, particularmente na ida ou na volta de Santiago de Compostela.

A assistência a peregrinos no Período Medieval

Os que se punham a caminho, aproveitavam frequentemente os anos jacobitas¹¹ e uma vez chegados confessavam-se, comungavam, rezavam, faziam as suas promessas, assistindo aos atos religiosos existentes.

Com o alvorecer da Idade Moderna, assistimos a uma reforma do sistema assistencial. Esta reforma traz novidade quanto ao ser pobre. Assim, receber a cari-

⁵ Para um melhor conhecimento dos caminhos da Europa do Norte e Central leia-se *The Santiago de Compostela Pilgrim Routes*, Strasburg, Council of Europe, 1989.

⁶ Sobre o culto de São Tiago e a forma como ele cresceu na cristandade veja-se ORTEGA, Miguel, *The Nature of Pilgrimage: Similarities and a Differences Between El Camino de Santiago de Compostela and El Santuario de Chimayo*, Seattle, Pacific University, 2014, pp. 9-14.

⁷ MARQUES, José, “Os Santos dos Caminhos Portugueses”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III série, vol. 7, 2006, pp. 244-246.

⁸ ABREU, Alberto, “As peregrinações e o Estado Moderno”, in *Actas do III Encontro sobre os Caminhos Portugueses a Santiago*, Valença, [s. n.], 1997.

⁹ Veja-se COSTA, Avelino Jesus da, *Dedicação da Sé de Braga 28 de Agosto de 1889. Proposta a Bernard Reilly*, Braga, Cabido da Sé Metropolitana e Primacial de Braga, 1991, p. 21.

¹⁰ MARQUES, José, “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”, in *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, 4, 1992, p. 100.

¹¹ Leia-se PENTEADO, Pedro, *Peregrinos da memória: o santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa, 1998, pp. 97-115. McNALLY, Fiona Rose, *The evolution of pilgrimage practice in early modern Ireland*, [s. n.], National University of Ireland, 2012, pp. 14-30.

dade dos outros distancia-se do que acontecia na Idade Média. Se neste período o pobre era auxiliado por “amor a Deus” e com este gesto se demonstrava o amor ao próximo, ajudando-se, por conseguinte, todos os pobres, na Idade Moderna, os pobres, porque cresceram em quantidade, ficaram sujeitos a critérios para serem auxiliados e nem todos eram considerados merecedores. Só estes eram ajudados, ficando todos os outros sem auxílio, pois os recursos da caridade não conseguiam prover todos os necessitados. As instituições refletiam também o que os teóricos iam afirmando, agindo em consentâneo com a realidade financeira de que dispunham.

É sabido que a Igreja sempre esteve associada à caridade e promovia-a em diversos contextos. Conventos e mosteiros auxiliavam os que estavam a caminho de um centro peregrinatório, ao mesmo tempo que nos compromissos de muitas confrarias se referia também a necessidade de praticar as obras de misericórdia, encontrando-se entre elas a de auxiliar peregrinos. Algumas delas ajudavam com dinheiro os seus confrades que desejavam ir a Compostela ou a Jerusalém em peregrinação¹².

Conhecem-se ainda vários legados deixados para auxiliar os que estavam de viagem e também para fundar hospitais/albergarias que os apoiavam. A proximidade da morte era sentida com mais veemência e tornava os homens mais pios, por isso, recordar os pobres nesse momento era uma forma de caridade que se acreditava ser recompensada no dia do Juízo Final. Assim ensinavam os Evangelhos e os homens acreditavam. Era também nessa ocasião que os ricos e os remediados instituía legados nas instituições de caridade, que procuravam geri-los, segundo a vontade do benfeitor. As preocupações de cada um expressavam-se nas suas últimas vontades, podendo materializar-se na instituição de casas de caridade, na entrega de cereais aos mais desfavorecidos, na distribuição de comida aos pobres, na dádiva de roupa aos que necessitavam, na ajuda a órfãos e órfãs, presos, cativos, viúvas, na preocupação com os gafos, com os peregrinos, com os defuntos, com as crianças e com os velhos. Todas estas formas de caridade eram praticadas na expectativa de que os beneficiados intercedessem junto de Cristo em favor das suas almas. Esmolar pobres assumia um grande significado para a salvação da alma. A Igreja fazia a apologia da caridade, considerando que a esmola aos pobres seria um dia recompensada¹³.

Para receber os que estavam em trânsito foram criadas, como mencionámos, estruturas de apoio, recebendo-os durante um número limitado de dias, e oferecendo normalmente água, lume e esteira¹⁴. Não era muito, mas podia constituir o suficiente para descansar, estar em segurança e continuar viagem.

¹² BEIRANTE, Maria Ângela, *As confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, Edição da Autora, 1990.

¹³ GEREMEK, Bronislaw, *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*, Lisboa, Terra-mar, 1995, pp. 35-48.

¹⁴ Leia-se a propósito MARQUES, José, “Antecedentes das Misericórdias Portuguesas”, in *1.º Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 29.

No Noroeste português havia vários hospitais para peregrinos, devido ao elevado número que por aí passava em direção à Galiza. Ponte de Lima, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Braga, Valença e Esposende tinham estruturas de apoio, embora fossem centros de pequena dimensão e alguns deles registassem muitas carências no começo da Idade Moderna¹⁵.

Em Braga, existia um hospital para peregrinos, o da Rua Nova, mas em 1508, precisamente porque não tinha condições, foi encerrado pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) para ser fundado um de maiores dimensões, onde se acolhiam peregrinos- o hospital de São Marcos. Este hospital não se destinava apenas a peregrinos, pelo contrário, era já um hospital novo, que separava doentes de passageiros, com corpo clínico e local distinto para uns e para outros, como tem sinalizado Isabel Sá¹⁶. O hospital de São Marcos tinha sido criado de acordo com a reforma hospitalar em curso, onde estas alterações davam lugar à mudança. As fontes denominam o espaço destinado aos peregrinos “casa dos peregrinos” ou “dos andantes”, situado normalmente no rés-do-chão, para facilitar a entrada e a saída dos que entravam a qualquer hora sem importunar os que estavam internados para serem assistidos nas enfermidades que apresentavam¹⁷. Sabemos, no entanto, que em caso de doença, os peregrinos podiam aceder às enfermarias e aí ser tratados.

As Santas Casas: dar pousada aos peregrinos e pobres

Hospedar peregrinos continuava na Idade Moderna a ser uma obra de misericórdia importante, apesar de o movimento peregrinatório ser mais diminuto e já não atirar tantos fiéis para o caminho, principalmente no século XVIII. A sua importância está presente nas estruturas que as Santas Casas tinham em atividade para os acolher, mas também no diverso apoio recebido pelos que batiam às suas portas.

Entre os que viajavam sozinhos ou acompanhados encontram-se vários estrangeiros: gente de outras nações católicas ou de outros credos religiosos que recorriam às Misericórdias para serem auxiliados. Por vezes, apareciam homens do clero a solicitar esmola para seguir viagem. Normalmente, esses homens da Igreja vinham do sul do reino, fazendo parte da viagem por mar, como demonstram os percursos sinalizados nas fontes. Faziam paragem na última praça portuguesa de Valença ou Monção para depois entrarem na Galiza¹⁸.

¹⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, [s.n.], 1980, pp. 39-57.

¹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno”, in *Congresso Internacional do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996, pp. 89-90.

¹⁷ CASTRO, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos*, vol. IV, Braga, Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2008, pp. 235-236.

¹⁸ ARQUIVO MUNICIPAL DE MONÇÃO (doravante AMM), Fundo da Misericórdia de Monção, *Livro que ha de servir dos acordons desta santa Misericórdia da villa de Monçon 1774-1785*, n.º 12, fl. 125.

As Misericórdias portuguesas mantêm, como já anteriormente referido, um campo de estudo menos trabalhado que diz respeito exatamente ao estudo do auxílio prestado aos peregrinos e pobres. Algumas forneciam-lhe abrigo nos seus hospitais, como acontecia em Braga, ou tinham hospitais destinados a recebê-los, como se verificava em Viana do Castelo e em Ponte de Lima. Sabemos que na região de Trás-os-Montes os peregrinos eram também acolhidos em algumas congêneres, como se verificava na de Vila Real. As esmolas eram também um mecanismo de assistência utilizado pela Misericórdia de Chaves¹⁹. Mesmo quando não tinham onde os acolher, ofereciam-lhes uma ajuda que deve ser melhor conhecida. Na doença podiam auxiliá-los com uma carta de guia, uma esmola ou ainda interná-los. Os casos estudados são poucos, mas são claros quanto ao apoio prestado em situação de doença. Podiam igualmente fornecer uma mula para os levar até à Misericórdia mais próxima e pagavam-lhes ainda a viagem de barco, caso fossem pelo caminho marítimo ou fluvial. Na morte, enterravam-nos e normalmente mandavam celebrar uma missa pela sua alma. Estamos, por conseguinte, perante instituições com alargadas capacidades para auxiliar, tendo um desempenho fundamental no apoio prestado aos que se punham a caminho, no Período Moderno.

Depois de entrarem em Espanha, alguns peregrinos portugueses receberam também auxílio no hospital Real de São Tiago, em Compostela, quando se encontravam doentes²⁰, mas igualmente noutros hospitais já dentro da Galiza, como acontecia no de Vigo²¹.

Apesar de muitas Misericórdias portuguesas auxiliarem peregrinos, no Noroeste as mais ricas eram as de Braga, Viana do Castelo e Ponte de Lima, todas instituições quinhentistas que disponibilizavam pernoita a peregrinos e pobres. Registaram principalmente para o século XVII uma intensa ação esmolar aos que diariamente passavam à sua porta e solicitavam auxílio.

O trajeto que cada um ou cada grupo fazia dependia muito dos caminhos disponíveis e até dos santuários que desejavam visitar durante o percurso. E no Minho eram vários os templos existentes com muitas devoções no seu interior e com fama de terem sido feitos milagres aos seus visitantes. A necessidade de estar perto do sagrado e de participar em atos religiosos foi incentivada pela Igreja Católica e em tempo barroco passou a fazer parte do quotidiano dos fiéis. Muitos dos santuários minhotos eram dedicados a Jesus Cristo, com incidência especial na Cruz de Cristo, existindo em Barcelos um desses templos, o santuário do Bom Jesus da Cruz, mas também em Fão havia o santuário do Bom Jesus. Alguns deles

¹⁹ Para esta Santa Casa consulte-se a obra de VIÇOSO, Maria Isabel, *História da Misericórdia de Chaves. 500 Anos de vida*, Chaves, Santa Casa da Misericórdia de Chaves, 2007, p. 53.

²⁰ O hospital Real de Santiago cumpriu um importante papel na assistência prestada aos peregrinos, fossem espanhóis ou estrangeiros. Entre estes últimos, encontravam-se muitos portugueses. Confira-se BARREIRO MALLON, Baudilio; REY CASTELAO, Ofélia, *Pobres, Peregrinos y Enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998, pp. 169-179.

²¹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008.

estavam localizados no caminho de Santiago de Compostela, como acontecia com o do Senhor do Socorro, da paróquia de Labruja, do concelho de Ponte de Lima. Outros, eram mais dedicados à Virgem Maria e podemos encontrá-los em Amares, o de Nossa Senhora da Abadia, com casas para receber peregrinos, tal era o volume de romeiros, nos Arcos de Valdevez, o de Nossa Senhora da Peneda, ou em Guimarães, o de Nossa Senhora da Oliveira. Seguindo a tipologia de Carlos Brochado de Almeida, na região existiam ainda santuários, como se verificava, por exemplo, com o do Bom Jesus do Monte, em Braga, onde ao longo do século XVIII cresceram os peregrinos e romeiros, alguns deles vindos da Galiza. Mas existiam vários em todo o território minhoto: o de Nossa Senhora da Aparecida, em Barcelos, o de Nossa Senhora da Orada, em Vieira do Minho. Já nos classificados como “tópicos” destacamos o de Nossa Senhora de Porto de Ave, no concelho da Póvoa de Lanhoso, construído no século XVIII e com um fluxo de romeiros impressionante. As casas construídas para os albergar são o reflexo desse movimento intenso de fiéis, vindos ao longo de todo o ano, mas muito particularmente em setembro, quando a confraria celebrava a sua festa principal. Ali, acorria muita gente proveniente do outro lado da fronteira. Todavia, outros santuários povoavam o território minhoto, bem como igrejas, capela e ermidas. Falamos das de Nossa Senhora do Socorro, de Nossa Senhora da Boa Viagem, de Nossa Senhora da Guia, da Boa Morte, localizados nos concelhos de Viana do Castelo, de Ponte de Lima, de Caminha e em muitos outros²². As possibilidades de paragem e da presença do sagrado eram muitas e variadas.

Em todos estes locais se realizavam importantes romarias, procissões, missas e sermões, amiudadamente precedidos de novenas e de clamores. Realizavam-se também feiras, com significado relevante no contexto da economia local.

De Braga muitos peregrinos dirigiam-se a Ponte de Lima e daí partiam para a fronteira para chegar a Santiago. Mas de Braga podiam ainda seguir as vias que davam acesso ao Gerês e daí à fronteira galega mais próxima. Era ainda possível seguir em direção a Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e depois Valença ou Monção. As Santas Casas destas vilas minhotas eram igualmente relevantes no campo da esmola. Mas havia quem se dirigisse para a costa e apanhasse um barco para o levar o mais longe possível, sendo Esposende, Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira locais com Misericórdias onde podiam receber auxílio. O caminho marítimo por ser mais seguro e rápido era escolhido por muitos que seguiam para o santuário do Apóstolo²³.

Na verdade, todos os caminhos davam à Galiza e a Santiago, mas nem todos ofereciam as mesmas condições. Enquanto uns reuniam melhores condições de assistência e logo mais segurança, outros não apresentavam essas características e

²² Leia-se o trabalho de ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, “Santuários de peregrinação do Entre Douro e Minho barroco”, in OLIVEIRA, Aurélio de; VARANDA, João; PEIXOTO, José; GONÇALVES, Eduardo; PEREIRA, Varico (coord.), *O Barroco em Portugal e no Brasil*, Braga, Edições ISMAI, 2012, pp. 97-127.

²³ MOREIRA, Manuel António Fernandes, “A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago”, in *Estudos Regionais*, n.ºs 13/14, 1993, pp. 62-63.

pelo contrário podiam ser mais perigosos e difíceis de percorrer. Não foi por caso que na Idade Média se deixaram legados para construir pontes e estreitar caminhos, permitindo a passagem dos que estavam em circulação. O mesmo se passava relativamente à colocação de barcas. A sua existência facilitava a travessia de forma gratuita, não precisando os peregrinos de despender dinheiro. De acordo com o lugar de proveniência e do trajeto imaginado e as condições que se conheciam, assim se escolhia a rota a seguir, que acreditamos ter sido muitas vezes alterada, em função das circunstâncias surgidas. Este é um dos temas pouco trabalhado, em às fontes disponíveis. Torna-se muito difícil reconstituir todo o caminho, devido que na maior parte das vezes, quando existe alguma informação sobre o assunto, apenas se refere à última paragem, ou então ao lugar de origem, não permitindo conhecer as rotas seguidas. Pensamos que este pode ser um dos assuntos a desenvolver pela historiografia portuguesa.

Sabemos que as Misericórdias de fronteira assumiram neste campo um papel fundamental, todavia, o seu espólio documental encontra-se diminuído e não é possível senão aceder a informação para certos períodos da Idade Moderna. A Guerra da Restauração é a maior responsável por esse desaparecimento, depois as invasões francesas, mas a incúria dos homens tem também uma cota parte da responsabilidade. Em Valença e Monção, as Misericórdias possuem espólios documentais muito incompletos para o século XVII, mais a primeira do que a segunda, todavia, para além dos conflitos bélicos, a facilidade com que se levavam os livros de registo para casa e o esquecimento ou a incúria na sua devolução contribuíram em muito para que a informação desaparecesse.

Por estas razões, conhecer um pouco os que estavam em trânsito para Santiago de Compostela nem sempre é tarefa fácil, mas também não é de todo impossível. Nem todos os que eram romeiros, tinham como destino Compostela, isso afigura-se-nos um dado seguro. Havia muita gente que fazia curtas viagens em direção a santuários locais e por precisar, pernoitava ou pedia esmola nas Misericórdias. Sabemos também que se Compostela era o destino final, de permeio eram visitados muitos templos com santos da devoção dos que transitavam pelos caminhos até chegarem ao lugar sagrado²⁴. Sabemos ainda que nem todos os que afirmavam dirigir-se para o templo do Apóstolo seguiam essa direção, uma vez que os que chegam à cidade galega eram em número mais reduzido²⁵. Esta situação não é de fácil compreensão quando constatamos nas fontes gente identificada como peregrino. Temos também a certeza, como se constata no hospital de São Marcos de Braga, que muitos não estavam em peregrinação, antes pelo contrário. Deambulavam pelo território, sem ocupação, vivendo da caridade alheia. Entre pobres encontramos muitos vagabundos, mal vistos e causadores de problemas às instituições que os recebiam. Sob a capa de romeiros, muitos homens e mulheres vagueavam

²⁴ MARTINS, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957.

²⁵ BARREIRO MALLON, Baudilio; REY CASTELAO, Ofélia, *op. cit.*, p. 32.

pelas terras, fazendo-se passar por quem não eram, para serem ajudados. É certo também que as oportunidades de auxílio em Santiago eram várias e nem todos se recolhiam no hospital estudado²⁶.

De Norte a Sul, as Misericórdias portuguesas foram dentro das suas possibilidades auxiliando os que estavam em trânsito, fossem peregrinos ou não. Sabemos que em Évora, 12,8% dos que foram auxiliados pela Santa Casa local entre 1650 e 1750 eram peregrinos²⁷. Porém, o alcance da esmola desta confraria aos viajantes era muito maior, uma vez que se encontra situada numa região que recebia muita mão-de-obra ida do Norte e do centro do reino para cumprir tarefas principalmente na agricultura²⁸. Também em Coimbra, a Misericórdia local ajudou muitos viajantes, mas não existem percentagens relativamente aos peregrinos²⁹.

A representação dos gastos para algumas Misericórdias minhotas foi recentemente apresentada no trabalho de Liliana Neves. Trata-se de um relevante contributo para conhecer melhor o desempenho de algumas destas confrarias relativamente aos que se encontravam em viagem, fossem peregrinos ou não³⁰. O estudo demonstra claramente que com exceção de Viana do Castelo, as restantes Santas Casas estudadas gastaram mais com viajantes no século XVIII, o que não nos surpreende se tivermos em consideração o aumento da inflação e do nível de vida³¹, pese embora a diminuição dos peregrinos. Todavia, chamamos uma vez mais à atenção para o facto de que os dados apresentados se referem a todos os viajantes, onde se incluíam, por certo, muitos doentes em trânsito.

Efetuámos uma incursão nas despesas efetuadas apenas com peregrinos e verificámos que na Santa Casa de Caminha as notas sobre esta ação não abundam para além do lançamento que era feito nos livros de receita e despesa, provando quanto gastava no auxílio prestado aos que se encontravam a caminho³². Para os anos que dispomos informação referente aos gastos com os peregrinos percebemos que esta era pequena, mas significativa. Em 1609 a instituição gastou 3,2% das

²⁶ LACARRA Y DE MIGUEL, José María, "Las peregrinaciones a Santiago en la edad moderna", in *Príncipe de Viana*, n.ºs 102 y 103, 1966, pp. 40-41.

²⁷ PARDAL, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Lisboa, Colibri/CHIDEUS, 2016.

²⁸ PARDAL, Rute, *op. cit.*

²⁹ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 88.

³⁰ NEVES, Liliana Andreia Valente, "Dar pousada aos peregrinos": a assistência fornecida pelas Santas Casas da Misericórdia aos viajantes, na região do Minho, durante a Época Moderna (séculos XVII-XVIII), Braga, Universidade do Minho, 2017, dis. de Mestrado policopiada, pp. 109-120.

³¹ Para este assunto veja-se o trabalho de OLIVEIRA, Aurélio de, "Renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspetos e problemas", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, pp. 5-56.

³² Leia-se o trabalho de PINTO, Sara, *Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 1516-2016*, Caminha, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, 2016, p. 20.

suas despesas anuais com peregrinos³³, mas em 1634 essa percentagem subiu para 7,5%, o que demonstra um maior investimento³⁴. Em 1705 o montante com os que se dirigiam para Santiago representou 6,0% na despesa total desse ano, demonstrando uma grande aproximação aos últimos dados do século XVII, porém, com o surgimento de setecentos, a percentagem diminuiu drasticamente e, raramente nos dados analisados ultrapassou 1%. Em muitos deles nem sequer atingiu este valor, como se verificou em 1736, com 0,6%, em 1751 com 0,2% e em 1777, com 0,07%³⁵. O maior ou menor número de peregrinos estava também associado aos anos santos jacobeus e aos conflitos existentes na fronteira. Acreditamos que em alguns momentos do período da Guerra da Restauração, o movimento de peregrinos deve ter decaído, como seria de esperar.

Os números que aparentemente parecem pouco expressivos nem sempre representam o auxílio prestado pela Misericórdia. Nesta ajuda, a Câmara local também se associava, oferecendo esmolas e “guias de trânsito” aos que de muitas partes do mundo chegavam a esta vila em direção a Compostela. A população europeia estava em trânsito em direção a Compostela, cidade que se tinha transformado num dos locais centrais de peregrinação, passando alguma dela pela vila do Alto Minho³⁶.

A Misericórdia de Viana do Castelo gastou em 1613 com peregrinos 0,15% do total das despesas, mas em 1651 essa percentagem subiu para 1,1%³⁷, números muito baixos quando comparados com os de Caminha. As despesas feitas com os peregrinos permanecem diminutas na centúria seguinte. Os montantes não chegam a representar 1% dos gastos totais³⁸. A manutenção desta estrutura para receber peregrinos teria implicações nas esmolas distribuídas, pois conceder-lhes pernoita constituía já uma ajuda.

A Santa Casa de Ponte de Lima pelo lugar geográfico que ocupava no caminho terrestre entre Braga e a fronteira era igualmente muito procurada por peregrinos. Por um lado, tinha um hospital para os receber, mas, por outro, a disponibilidade financeira era também um fator de peso. Estamos a falar de uma instituição com recursos, apesar de não ser de grande dimensão. Acresce ainda o facto de preservar um importante espólio documental, por onde é possível estudar os gastos com estes pobres, mas também algumas petições feitas por peregrinos, documentos muito raros e de fundamental importância para estudar quem estava em viagem e as razões da sua necessidade.

³³ ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO (doravante ADVC), Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa*, 7.35.1.7, fls. 25v., 37-38.

³⁴ ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa*, 7.35.1.9, fl. 109.

³⁵ ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa*, 7.35.2.20, fls. 80v.-87 7.35.1.19, fl. 21v.

³⁶ Veja-se SILVA, José Antunes da, “Caminhos de Santiago: uma Europa peregrina”, in *Theologica*, 2.^a série, 39, 2, 2004, pp. 331-357.

³⁷ ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa*, 3.22.3.12, fl. 91v., 3.22.5.7, fl. 61. Apesar de estamos no período da guerra da Restauração.

³⁸ ADVC, Fundo da Misericórdia de Caminha, *Livro de receita e despesa*, 3.23.5.2, fl. 79; 3.24.1.1, fl. 87v.

A descrição do hospital dos peregrinos, elaborada no início do século XIX, apresenta a instituição, possibilitando saber que, para além das instalações onde os transeuntes se recolhiam, existiam outras dependências, formando um pequeno complexo habitacional, como de resto acontecia noutros.

A análise feita a alguns dos seus livros de despesa demonstra que gastou com peregrinos 5,7% das despesas totais, em 1670 e 3,1%, em 1671³⁹. Estes números tendem a diminuir e em 1694 despendeu apenas 2,7% das suas despesas totais⁴⁰. Esta parece ter sido a tendência das Misericórdias estudadas, porém assinala-se uma vez mais a dificuldade de estudar os montantes despendidos com estes pobres, devido à forma como foram mencionados nos respetivos livros.

O auxílio aos peregrinos tornava-se necessário por muitas razões. Uma delas prendia-se com as dificuldades encontradas no caminho. Os assaltos eram frequentes, pondo em perigo a própria pessoa e os seus bens materiais. Uma petição dirigida à Misericórdia de Ponte de Lima em 1700 destaca a situação de um peregrino que sofreu um furto e teve de pedir para seguir viagem⁴¹.

“Senhor Provedor e mais Irmãos

Dis Domingos Francisco natural da villa de Olivença provincia dos Algarves que elle vem do Apostolo S. Tiago, e a hida não lhe foi necessario ocupar a Santa Casa, e sendo ao padrão lhe furtarão vinte e sinco tostois que tinha para seu remedio e o deixarão espoliado, que lhe he necessario pedir para seu sustento, e padeçe muita necessidade por não ter que gastar: pello que Pede a Vossas merces que por amor de Deus o favoreção com huma esmola para passar caminho. E Recebera merce”⁴².

A petição foi deferida com a “esmola ordinária”, em setembro de 1700, ou seja 20 réis, montante despachado em todos as situações semelhantes, o que sugere uma atuação coordenada com outras instituições congéneres vizinhas, sempre que existiam possibilidades financeiras.

Foi também a necessidade que levou José Martins a recorrer à confraria para a viagem a Santiago. Neste caso, tratava-se de um cidadão estrangeiro que solicitava apoio para ir ao templo do Apóstolo.

“Senhor Provedor e meza

Dis Jose Martinz do Reyno de Espanha que elle supplicante é muito pobre e se quer transportar para Santiago. Para Vossas senhorias sejam servidos mandar lhe dar huma esmola em loubor de Nossa Senhora. E Recebera Merce”⁴³.

³⁹ ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA (doravante ASCMPL), *Livros de despesa*, n.ºs 476, 477.

⁴⁰ ASCMPL, *Livro de despesa*, n.º 497.

⁴¹ Para aprofundar a violência e a falta de segurança a que as pessoas em viagem estavam sujeitas veja-se ESTEVES, Alexandra, *Crimes e criminosos no Norte de Portugal. O Alto Minho Oitocentista*, Lisboa, Editorial Cáritas, 2015.

⁴² ASCMPL, Documento avulso, não paginado.

⁴³ ASCMPL, Documento avulso, não paginado.

José Martins foi contemplado com uma esmola de 20 réis, em data por nós desconhecida, mas no mês de junho.

Mas os furtos não eram os únicos perigos, também a exploração dos hospitaleiros, cobrando preços mais altos, era vulgar, aproveitando-se de quem precisava de um lugar seguro para descansar⁴⁴. No caminho encontravam igualmente gente que não sendo peregrina se fazia passar por tal, na tentativa de roubar ou fazer mal. O caminho proporcionava também o surgimento de doenças. Não raras vezes, os que se encontravam nele eram também vítimas de intempéries.

As duas petições estudadas referem-se a dois homens que se deslocavam na ida e na volta de Santiago e fizeram-no na Primavera e no Verão. O tempo escolhido para sair de casa e fazer peregrinação não era deixado ao acaso. Impunha-se algum planeamento, pois os dias pequenos, mais chuvosos e frios dificultavam a viagem. Por isso, escolhia-se um tempo mais ameno que facilitasse as horas de caminhada. O mês de julho, altura em que se celebrava o dia de São Tiago, era de intenso movimento de fiéis, pois procuravam estar presentes nas comemorações do padroeiro. A escolha do tempo para peregrinar estava também associado às tarefas agrícolas. Largar os trabalhos agrícolas num período em que a maioria da população tinha neste setor a sua principal fonte de rendimentos não era sensato. O Verão por ser de menor azáfama agrícola, tornava as pessoas mais disponíveis, ao que acresce o bom tempo. Assim, estamos em crer que a maioria da população preferisse os meses da Primavera, Verão e começo do Outono para viajar até Santiago, pois os dias eram grandes, podendo caminhar até mais tarde, e, por isso, tornando a viagem mais segura.

O auxílio aos peregrinos na Santa Casa de Braga

Por ter uma documentação mais abundante, ser a maior do Minho e possuir livros de vistas e devassas ao hospital de São Marcos, onde recebia os peregrinos, decidimos realizar um estudo mais aprofundado a esta confraria, enquanto recetora de pessoas em peregrinação. Nas fontes trabalhadas, encontramos muitos vagabundos, mal feitores, gente a nascer e a morrer, ou seja, um quotidiano igual a todos os restantes homens, apenas diferenciado pela devoção que movia homens e mulheres a São Tiago, desejando estar perto das suas relíquias e pagar uma promessa e/ou pedir uma graça. A fé que os movia era maior que o medo ou a dificuldade financeira da viagem. Sabiam que poderiam contar com as ajudas das Misericórdias, de outras instituições, como era o caso de alguns mosteiros e dos bispos, mas também de muitos particulares.

⁴⁴ MAGALHÃES, António, "Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das misericórdias (1498-1910)", in PAIVA, José Pedro (dir.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas; Centro de Estudos de História Religiosa, 2017, pp. 123-124.

Quando analisamos, para os períodos possíveis, a ajuda da Santa Casa de Braga aos viajantes verificámos que a maior percentagem tinha como destino Santiago de Compostela⁴⁵.

Braga tinha sido capital dos Suevos e era desde a Idade Média uma cidade importante em termos locais. Já nessa altura a Sé e o convento de São Frutuoso de Montélios chamavam muita gente à cidade, por se constituírem como locais relevantes em termos de peregrinação.

A cidade cresceu muito a partir do século XVI, quando o arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532) implementou um programa de reforma em todos os seus setores, em linha, aliás, com o que se vinha a assistir em todas as cidades europeias. O urbanismo foi um deles e com uma população em crescimento, a cidade teve de se alterar, tanto mais que registava um assinalável crescimento económico⁴⁶.

Na rua Nova encontrava-se um hospital para peregrinos, mas foi em 1508 encerrado e os seus bens incorporados no novo hospital de São Marcos, obra do arcebispo D. Diogo de Sousa, como mencionámos. O hospital/albergaria da rua Nova era uma instituição medieval que continuava ativo no início da Época Moderna, quando outros já se tinham extinto. Na Idade Média, existiam na cidade quatro hospitais: os das confrarias de São João, de S. Tiago, de Rocamador e o da rua Nova. Mas estas não eram as únicas instituições onde os peregrinos podiam receber acolhimento na cidade. Havia ainda mais seis albergarias e um hospício do cabido da Sé.

A albergaria/hospital da rua Nova tinha sido fundada em 1278 por D. Pero de Garcia, arcediogo de Braga e cónego do Porto e estava munida de seis camas⁴⁷. Quando foi erigido o hospital de São Marcos, os seus bens com os das confrarias referidas anteriormente integraram o património do novo hospital, ficando este com a obrigação de receber peregrinos. Nessa altura, muitas das instituições medievais sinalizadas já não se encontravam em funcionamento.

Na Época Moderna é a única cidade em todo o Minho e um centro religioso de grande importância. As suas muitas igrejas, capelas públicas e particulares e ermidas assumiam especial significado no panorama religioso da cidade. As várias igrejas paroquiais e as dezenas de confrarias ainda ativas no século XVIII eram polos agregadores de fiéis, nas suas festas, novenas e clamores. A elas agregavam-se os vários conventos femininos e masculinos, a Ordem Terceira de São Francisco e o Paço Arquiepiscopal. O edifício religioso da cidade era grande, rico e muito ativo em termos de cerimónias religiosas, tornando-a num local de receção de muitos

⁴⁵ Consulte-se o trabalho de NEVES, Liliana Andreia Valente, *op. cit.*, p. 82.

⁴⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Braga, Universidade do Minho, 2000, tese de doutoramento policopiada, pp. 503-505.

⁴⁷ Para este assunto consulte-se RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, “A implantação das instituições de assistência na paisagem urbana medieval: reflexões sobre os processos de urbanização das cidades de Braga e Guimarães (Norte de Portugal)”, in CAVARO DOMÍNGUEZ, Gregoria, (coord), *Civitas Bendita. Encrucijada de las relaciones sociales y poder en la ciudad medieval*, León, Universidad de León, 2016, pp. 60, 67.

fiéis em peregrinação, principalmente em algumas alturas do ano, como era o caso da Semana Santa. Mas o movimento de peregrinos intensificou-se quando em 1718 as relíquias de São João Marcos foram colocadas na igreja do Espírito Santo, do hospital de São Marcos. Por essa altura, começaram a divulgar-se os seus muitos milagres. Mais tarde, concluiu-se o Santuário do Bom Jesus do Monte, aumentando muito os peregrinos na cidade. Este santuário e a devoção à Santa Cruz fazem chegar a Braga muitos peregrinos para participarem nas peregrinações e noutras celebrações religiosas. Foi preciso construir casas para os receber, os chamados “quarteis”. Acreditava-se que a ida ao santuário ajudaria a ganhar graças espirituais, tendo o arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1798) solicitado um jubileu ao papa, o que foi concedido, assim como outras graças a quem visitasse o referido santuário⁴⁸. Durante 1773, para comemorar a conceção do papa, realizou-se uma grande procissão ao santuário em que participaram muitos fiéis⁴⁹.

Também, no referido hospital, a capela de São Bento era igualmente local de romagem e de muitos ex-votos, sinais de fé e de agradecimento.

No hospital de São Marcos foi criada uma estrutura para receber os peregrinos e viajantes. Nele existia um capelão para lhes prestar apoio espiritual e, de alguma forma, material, uma vez que lhe cabia a função de analisar as condições em que estavam hospedados. Estava ainda incumbido de lhes fazer o funeral. Neste hospital podiam permanecer até três dias, mas sabemos que apesar de esta ser a forma mais corrente, existiam instituições de assistência onde só se podiam acolher até dois. A nível nacional encontramos a mesma modalidade de assistência, mas nem sempre os dias de acolhimento são iguais. Sabe-se, no entanto, que quando ficavam enfermos, não só podiam ficar mais algum tempo, como em certas condições eram removidos para as enfermarias, para que pudessem ser melhor tratados. Quando chegavam doentes, era-lhes facultada uma cavalgada para que pudessem seguir o caminho, sobretudo quando o caso não era grave, como, por vezes, se comprova⁵⁰. Era altura também de cuidar da sua alma, sacramentando-os com a confissão e a comunhão.

No início, o hospital contratou uma criada para acolher os peregrinos, mas depois ao longo da Idade Moderna, essa tarefa esteve acometida a um hospitaleiro, até ao momento em que foi atribuída ao “hospitaleiro de fora”, quando passaram a existir dois homens: um de dentro e outro de “fora”. Estamos perante uma instituição que não gastava muito com estes pobres. O homem encarregue de os apoiar tinha a tarefa de indagar a sua proveniência e o estado civil. Tratava-se de controlar os que se acomodavam na “casa dos peregrinos”, embora não chegassem até nós livros ou outros suportes escritos desta população que se encontrava de passagem.

⁴⁸ FREITAS, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, vol. III, Braga, Imprensa Católica, 1890, pp. 280-281.

⁴⁹ ABREU, Paulo, *Jubileu do Bom Jesus do Monte*, Braga, Fundação Bracara Augusta, 2017.

⁵⁰ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (doravante ADB), Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro das despesas do Thezoureiro, 1605-1610*, n.º 658, fls. 6v.-7.

Porém, a maior dificuldade reside na maneira como os tesoureiros registaram nos seus livros a despesa feita com este tipo de pobres. Só raramente a discriminaram, o mais corrente foi juntarem-na à dos restantes pobres, aparecendo a soma e não as parcelas destrinçadas. Por isso, a dificuldade em saber quanto se gastou com estes passageiros está presente e os livros de atas não ajudam a ultrapassá-la, uma vez que os mencionam raramente. Conhecemos mais informações sobre os peregrinos através dos livros de devassas ao hospital.

É, no entanto, possível verificar que desde as primeiras décadas da sua fundação, o hospital auxiliou peregrinos que se destinavam a Compostela, como se atesta na esmola dada a um italiano, em 1535⁵¹.

A mesma dificuldade patenteia-se relativamente à presença de cidadãos estrangeiros, sendo também regular nesta como nas Misericórdias do Minho. Nem sempre conseguimos apurar com rigor a sua nacionalidade, por falta de elementos, por vezes justificada com a incompreensão da língua, mas por Braga passaram vários italianos, espanhóis e franceses em direção ao templo do Apóstolo. Todavia, para a grande maioria é mencionada apenas a situação de estrangeiros, o que nem sempre permite apurar se efetivamente eram estrangeiros ou se eram de fora da cidade.

No século XVII o maior investimento nos passageiros contribuiu para ganharem maior relevo em termos de memória escrita. As fontes referem o seu aumento, tal como o dos restantes pobres. Seiscentos foi um período complicado, principalmente em certos momentos, o que fez disparar na cidade o volume de gente desocupada a solicitar apoio à confraria, onde se incluíam militares, mas também peregrinos⁵². Num período em que também ela passava por dificuldades financeiras, muito particularmente o seu hospital, a maior preocupação residia em assentar os gastos sem discriminar as pessoas ou o montante atribuído a cada uma delas.

A “casa dos peregrinos”

Como já referimos, o hospital de São Marcos concedia pernoita aos peregrinos desde 1508, embora sobre o tempo que decorre entre esta data e 1559 nada se saiba no tocante à receção de peregrinos. Sob a administração da Misericórdia, inicialmente, alojava-os numa sala situada muito perto da porta de entrada, de maneira a que pudessem entrar e sair sem desassossegar os que precisavam de descanso. A localização do seu compartimento permitia também não entrarem noutras dependências hospitalares. A “casa dos peregrinos” situava-se no lado esquerdo da

⁵¹ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro da despesa do anno de 1531 até ao anno de 1554 annos da Santa Caza*, n.º 656, fl. 12.

⁵² Confirma-se LEITE, António Sérgio Teixeira, “Contributo para o estudo da geografia da pobreza em Braga: a ação da Misericórdia na segunda metade do século XVII”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 220-227.

porta principal, no sentido oposto às primeiras enfermarias da convalescença, mandadas edificar por Pedro de Aguiar e sua mulher Maria Vieira no século XVII, e ao da botica. Estava, por conseguinte, situada muito perto da via pública, uma vez que a porta abria-se para a rua de São Lázaro. Era também confrontante com o local onde se depositava a lenha, comprada para a cozinha, botica e fogareiros das enfermarias e dava acesso pátio. No século XVII, o pátio sofreu muitas obras de reforma, bem como a sua varanda e passou a denominar-se claustro. Já na centúria seguinte foi novamente objeto de remodelação, ganhando uma nova monumentalidade e funcionalidade.

A localização da “casa dos peregrinos”, ou “casa dos viajantes” procurava ainda que os alojados nela não transitassem pelo interior do hospital. A instituição tentava afastar os que recebia durante um tempo curto dos seus bens patrimoniais mais preciosos, pois eram desconhecidos e muitos pernoitavam dentro das suas portas sem serem romeiros.

Até 1630, a Santa Casa de Braga regeu-se pelo compromisso de 1516, reformado em 1577 e mais tarde pelo de 1618. Todavia, decidiu em 1628 fazer compromisso próprio, embora respeitasse os princípios do de Lisboa, à semelhança do que se vinha verificando noutras congéneres e publicou-o dois anos mais tarde. Esse documento não contém nenhum capítulo destinado aos peregrinos, como acontecia nas restantes Santas Casas. Todavia, no compromisso de 1769 existem dois sub-capítulos visando os peregrinos, deixando claro, por um lado o controlo a que a população itinerante passou a estar sujeita e, por outro, o significado que assumia para a instituição recetora. Deve ainda ter-se em atenção a dimensão do próprio hospital. Com o seu crescimento e principalmente com a experiência adquirida ao longo dos anos onde se registaram muitos problemas neste setor, impôs-se mais rigor e maior controlo sobre os que se encontravam de passagem.

O novo texto regulamentar, em função do grande movimento de devotos em trânsito, previa um exame prévio aos seus passaportes pelo provedor do hospital e só após este ato podiam ser alojados. Estava em causa saber quem eram, de onde vinham e para onde iam. Criados para controlar quem estava em viagem, os passaportes deixavam a nu pobres, separando-os dos vagabundos e ociosos⁵³. O provedor devia também ordenar ao hospitaleiro para os manter vigiados e seguros, mandando fechar a porta ao anoitecer e abri-la ao alvorecer. Para além disso, devia solicitar ao tesoureiro os bens necessários para a sua estada. Era também atribuição deste afastar homens de mulheres, obrigando a que cada sexo se mantivesse separado⁵⁴. Nesta altura, a Santa Casa recebia os passageiros sob muitas cautelas.

Foi através dos livros de visitas e devassas que tomamos conhecimento do quotidiano dessas “casas”, ou seja da forma como os viajantes se comportavam e da posição da confraria.

⁵³ Leia-se TORPEY, John, *The invention of the passport. Surveillance, Citizenship and the State*, Cambridge, University Press, 2002, pp. 18-34.

⁵⁴ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, Pasta n.º I, não paginado.

Em 1654 quando foi feita uma devassa ao hospital ficou a saber-se que os peregrinos não eram bem recebidos, acusação feita pelo capelão, que na mesma ocasião esteve sob fogo, devido à sua conduta considerada imoral, sendo acusado por todos os ouvidos. A acusação feita pelo sacerdote visava o fornecimento de alguns bens, afirmando não ser disponibilizados aos passageiros: azeite, vinagre, lenha e palha onde se deitavam, mas já nessa ocasião havia quem permanecesse mais do que os três dias, o que indignava os corpos gestores, por não serem cumpridas as suas ordens. Por isso, o provedor de São Marcos foi autorizado a chamar as justiças para imporem a ordem, uma vez que o próprio hospital não o conseguia fazer⁵⁵. Esta forma de os afastar não era nova, nem constituía apanágio da confraria de Braga, outras Misericórdias tiveram de a usar para expulsar das suas dependências falsos pobres que causavam muitas desordens.

Associado ao referido anterior, o facto de fazerem muito barulho leva-nos a questionar se seriam peregrinos. Pensamos antes, serem mal feitores, que se aproveitavam do hospital, causando-lhe graves problemas e inquietando os que nele estavam internados⁵⁶. No ano seguinte, o hospital estava com mais problemas financeiros, de gestão e com falta de bens. A devassa feita aponta novamente os peregrinos albergados, pois impunha a necessidade de fechar as portas quando tocasse para as Ave Marias, ou seja, ao anoitecer, de maneira a manter segurança no edifício. Portas abertas davam azo à entrada de qualquer um e uma instituição hospitalar devia cuidar da moral e também do seu património. Os problemas conhecidos no mundo dos assalariados facilitavam algum descontrolo relativamente às portas, mas também aos viajantes, porquanto as tarefas acometidas a cada um não estavam a ser cumpridas⁵⁷. O poder do provedor do hospital era fraco e o facto de muito provavelmente não residir nas habitações que lhe estavam destinadas facilitava o descontrolo. Também não visitava o hospital, como devia. Ora, esta ausência efetiva de poder abria caminho a desmandos dos assalariados e dos recebidos na “casa dos peregrinos”. Estes aproveitavam de alguma forma a desordem existente e davam largas a uma vida mais licenciosa. Temia-se pelos bens do hospital, o que significa uma desconfiança total nas pessoas a quem se dava pousada. Com muita falta de dinheiro, o hospital não fornecia a palha necessária para os viajantes, deixando que ficassem deitados no chão e possibilitando à enfermeira fazer negócio com o fornecimento de bens aos que os podiam pagar⁵⁸. Estamos perante uma situação de grande negligência, mas também de abuso por parte de alguns assalariados da instituição, que aproveitando a falta de controlo, agiam com muita liberdade e atuavam sem caridade.

⁵⁵ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro das visitasoins do Ospital e Beatas e da Casa e Termo dela 1639-1684*, n.º 706, fl. 27v.

⁵⁶ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.), *op. cit.*, p. 254.

⁵⁷ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014, pp. 113-135.

⁵⁸ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro das visitasoins do Ospital...*, fl. 50.

Em finais da década de sessenta da mesma centúria, na devassa realizada, constata-se a necessidade de agir com prontidão por se acreditar que muitos recolhidos eram vadios e ladrões. Esta era uma situação que em nada convinha à Santa Casa, por um lado, porque se pervertia o sentido da obra de misericórdia e, por outro, porque prejudicava a imagem pública da confraria. Uma instituição com as marcas da Santa Casa não podia consentir tais práticas entre os que mantinha debaixo do seu teto. Por isso, procurou discipliná-los. Todavia, não devemos esquecer o contexto destas ocorrências: a guerra da Restauração e o volume de gente que deambulava pela cidade, muitos soldados foragidos das linhas de batalha, o que provocou um aumento substantivo da pobreza em termos locais, reforçam a necessidade de ajuda e criam oportunidade de desmando moral e cívico.

Os livros de devassas existentes não contêm todos os registos destas ocorrências, mas acreditamos que os problemas na “casa dos peregrinos” devem ter-se mantido. Pensámos que ocorreram em moldes diversos, uma vez que o hospital passou por várias provedorias, logo por homens com características diferentes, embora muitos deles com várias ocupações, o que lhes retirava tempo para se dedicarem à vida hospitalar.

Só voltamos a ter notícias dos aposentos dos peregrinos em 1740, no contexto de outra devassa. Nessa ocasião, o hospitaleiro era acusado por não exigir a separação dos peregrinos por sexo, uma vez que se constatava dormirem homens com mulheres, o que causava escândalo e era considerado um desaforo, nas palavras do procurador do hospital. Esta situação era tida como insuportável e só era possível porque as portas se mantinham abertas e não existia um verdadeiro controlo. Mas quem eram os hospitaleiros responsáveis pelos peregrinos? Em 1748 era o boticário António Francisco, assalariado que residia no hospital, mas pessoa ocupada⁵⁹, prejudicando a vigilância aos peregrinos. Uma vez mais estava em causa a moral e a necessidade de controlar comportamentos considerados imorais e reprovados pela igreja católica.

O hospital tinha crescido muito, bem como o seu quadro de assalariados em todos os setores, mas nunca ao longo da sua história deu muita importância aos que nele estavam de passagem, como eram os peregrinos⁶⁰. O investimento era mínimo e o controlo exercido sobre eles também. As notícias reportam-se a situações relacionadas com valores patrimoniais e morais.

As obras de remodelação de São Marcos terão proporcionado a separação dos viajantes por sexo, uma vez que sabemos estarem juntos no século XVII. Porém, criaram-se duas salas: uma para mulheres e outra para homens⁶¹. Todavia, se o objetivo era controlar e pôr freio à imoralidade, este não foi conseguido com facilidade. Em 1742 sublinha-se novamente a promiscuidade existente, proporcionada por portas abertas e pela falta de controlo sobre os homens e mulheres. Os hospi-

⁵⁹ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro de termos ou actas*, n.º 14, fl. 114.

⁶⁰ Sobre o hospital e as obras a que esteve sujeito em setecentos veja-se CASTRO, *op. cit.*, pp. 84-95.

⁶¹ ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, *Livro das devaças 1714-1800*, n.º 707, fl. 90v.

taleiros eram responsabilizados por esta situação, mas a verdade é que a questão é muito mais complexa. A situação só se mantinha porque estes assalariados não cumpriam as tarefas de que estavam incumbidos e aligeiravam as suas responsabilidades. Havia que pensar a questão de uma outra forma: em primeiro lugar analisar o desempenho do provedor, depois saber ao certo quem eram os passageiros. Não acatavam as ordens de pernoitar em espaços separados, acabando por dormir homens com mulheres, o que estava completamente proibido. O hospital reconhecia a necessidade de os manter separados. Este facto faz-nos ainda admitir a existência de suborno. Provavelmente, pagavam algo ao referido assalariado para deixar livre passagem. Havia também quem de fora do hospital fosse pernoitar com as peregrinas, o que acaba por comprovar a nossa suspeita. Aliás, não era a primeira vez que os hospitaleiros e enfermeiros se deixavam corromper, fazendo favores aos que estavam internados nas enfermarias, ou negociando com bens que não lhes pertenciam.

Os escândalos causados devem ter diminuído e a ordem deve ter-se reposto, pois até finais do século XVIII só voltamos a ter novidades da peregrinos em 1781, quando um enfermeiro foi acusado de violência física a um peregrino⁶². A situação foi mal vista pelo órgão diretivo, procedendo a uma devassa para se averiguar a ocorrência e tomar medidas corretivas.

Mas a “casa dos peregrinos” não foi apenas fonte de problemas, nela algumas mulheres deram à luz. Os partos feitos nesse local não são conhecidos, mas do batismo das crianças ficou menção nos livros de registo da freguesia de São João do Souto, onde estava localizado o hospital. Assim, ficamos a saber que vários peregrinos viajavam em grupo e que era dentro dele que se encontravam os padrinhos para levar à pia batismal os recém-nascidos. Todavia, desconhecemos o destino das parturientes. Como seguir viagem com uma criança recém-nascida nos braços? Mas outras dúvidas nos assaltam: nasceu antes do tempo? Ou a viagem não foi bem programada? Que cuidados era possível prestar a uma família em viagem⁶³? Que destino era dado à criança? Estas e outras perguntas ficam sem resposta, mas o facto de a “casa dos peregrinos” do hospital de São Marcos de Braga ter servido de maternidade levou, por certo, a confraria a outros cuidados, principalmente com a mãe e o recém-nascido.

Notas finais

Ajudar peregrinos e viajantes foi uma das ocupações das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna. Desde a Idade Média que as peregrinações a Santiago de Compostela, assim como a Jerusalém e a Roma colocavam nos caminhos muitos fiéis, os quais usufruíam da caridade de mosteiros, confrarias, albergarias/hospitais

⁶² ADB, Fundo da Misericórdia de Braga, Pasta nº II, não paginado.

⁶³ Todos os casos estudados reportam-se a casais.

tais e de pessoas particulares, como, por exemplo, bispos, para que pudessem prosseguir viagem. Hospedar peregrinos era muito meritório num período em que as peregrinações se encontravam no seu auge.

O envolvimento das Misericórdias no auxílio aos peregrinos assumiu várias modalidades, desde logo condicionada pela forma como cada uma foi evoluindo e, por exemplo, incorporou ou não instituições medievais de ajuda aos peregrinos, como aconteceu com a de Ponte de Lima e Viana do Castelo, no Noroeste português. Já a situação da de Braga foi distinta no espaço geográfico em estudo, mas esteve também associada ao facto de o hospital de São Marcos ter sido fundado com as rendas, de entre outras instituições, de um hospital que recebia peregrinos, o da rua Nova. O auxílio prestado aos peregrinos era mais alargado e podia envolver uma esmola em dinheiro, a passagem de uma carta de guia, mas igualmente uma cavalgada, quando necessário, e ainda ajuda na doença e na morte. Se um peregrino se encontrasse doente e a sua situação fosse grave podia transitar para as enfermarias e aí ser curado, no caso de morte era enterrado e a sua alma sufragada. Ou seja, auxiliar peregrinos significava praticar outras obras de misericórdia, quando a situação se impunha. Todavia, apesar da dificuldade das fontes não separarem as esmolas dadas principalmente em algumas instituições, sabemos que as Santas Casas não gastavam muito com esta obra de misericórdia e que no século XVIII o movimento de peregrinos diminuiu.

Na análise efetuada demos particular relevo à ação da Santa Casa de Braga não somente pela sua importância em termos geográficos, mas também pela sua capacidade financeira e por albergar peregrinos e passageiros no seu hospital. O estudo efetuado demonstra a sua capacidade para auxiliar, mas igualmente os problemas existentes com esta população flutuante e o aproveitamento desta obra de misericórdia por malfeitores.